

EDITAL № 57/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO

Itens 01 a 08, para ampla participação, e os demais, cotas para ME, EPP e equiparados, conforme art. 48, inciso I da Lei Complementar 123/2006.

O Prefeito do município de Santo Ângelo, no uso de suas atribuições, torna público, para o conhecimento dos interessados, que no dia 19 de setembro de 2025 às 9 horas, no sítio www.pregaoonlinebanrisul.com.br, fará realizar licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, modo de disputa aberto, a ser conduzida por pregoeiro, designado pela Portaria nº 22/SMGRI/2025. Esta licitação é do tipo menor preço e será processada nos termos da Lei Federal n° 14.133/21 e alterações, Lei Complementar nº 123/2006 e demais disposições legais aplicáveis à espécie.

1. DO OBJETO

1.1. É objeto da presente licitação o **registro de preços de computadores, notebooks, monitores e licenças perpétuas,** conforme itens constantes no ANEXO I.

2. DA PARTICIPAÇÃO

- **2.1.** Poderão participar deste Pregão as empresas que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital e seus anexos, e estiverem devidamente credenciadas através do sítio www.pregaoonlinebanrisul.com.br, para acesso ao sistema eletrônico.
- **2.1.1.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.
- **2.1.2.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- **2.1.3.** O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Santo Ângelo, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- **2.2.** Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.
- **2.2.1.** Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade da licitante, bem assim, pelas transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico ou de eventual desconexão sua.
- **2.2.** Estão impedidos de participar do presente certame, direta ou indiretamente:
 - **a)** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - **b)** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;



- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;
- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da <u>Lei nº 6.404, de 15 de</u> dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3. DA PROPOSTA DE PREÇOS

- **3.1.** A Proposta de Preços, acompanhada do catálogo completo do (s) equipamento (s) ofertado (s), deverá ser apresentada, exclusivamente, mediante o cadastramento no sistema "PREGÃO-ELETRÔNICO", a partir das 8 horas do dia 09/09/2025 às 8 horas do dia 19/09/2025 (horário de Brasília).
- **3.2.** A partir da publicação/divulgação deste Edital, até data e horário previstos nos itens 3.1, as empresas que desejarem participar do pregão poderão encaminhar as propostas para os itens de interesse através do sítio eletrônico informado neste Instrumento.
- **3.2.1**. Enquanto estiver aberto o prazo para envio de propostas, o fornecedor poderá acessar e alterar a sua proposta inicial quantas vezes desejar. Para isto, deverá excluir a proposta atual e enviar a nova com as alterações desejadas, sejam elas no valor preenchido no formulário eletrônico ou no arquivo anexo que será transmitido com a proposta.
- **3.3.** O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e das especificações técnicas previstas neste Edital.
- **3.4.** A proposta de preços deverá ser encaminhada nos termos do **Anexo I Modelo de Proposta Comercial,** devendo constar, sob pena de **desclassificação**:
- **3.4.1** a descrição detalhada do objeto ofertado, constando, obrigatoriamente, quando for o caso, a marca, o modelo e todos os elementos necessários para a singularização do objeto;
- **3.4.2.** A indicação do preço unitário, com até 2 algarismos após a vírgula, bem como do preço total do lote, se for o caso, englobando todos os custos de material e mão de obra, tributação e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas, inclusive despesas de entrega, não se admitindo, a qualquer título, acréscimos posteriores sobre o valor proposto;
- **3.4.4.** O **prazo de validade** da proposta, que será de, no mínimo, **60 (sessenta) dias**, a contar da data da sessão do Pregão. Se na proposta não constar o prazo de validade, **subentende-se 60 dias**.
- **3.5.** Deverão constar na proposta todos os dados da empresa, tais como razão social, CNPJ, endereço completo, número de telefone, correio eletrônico, dados da conta corrente, o nome do responsável para realizar quaisquer tratativas junto ao Tribunal de Contas, bem como o nome do responsável pela assinatura do contrato.
- **3.6.** O *upload* da proposta no site <u>www.pregaobanrisul.com.br</u> será de total responsabilidade da licitante, a qual deverá se certificar de que a proposta anexada seja visível e legível em sua integridade, em folha de tamanho A4, sem a necessidade de qualquer ação da (o) Pregoeira (o) que não seja abrir e imprimir o arquivo, sob pena de desclassificação.



4. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS

- **4.1.** A partir do horário previsto para a abertura das propostas, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, quando a (o) Pregoeira (o) verificará as propostas apresentadas, classificando as que atendam ao Edital e desclassificando as que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos.
- **4.2.** Os representantes de microempresas e empresas de pequeno porte deverão declarar no sistema www.pregaoonlinebanrisul.com.br, em campo próprio, quando do envio da proposta inicial, que as respectivas empresas se enquadram nessa (s) categoria (s).
- **4.2.1.** A ausência dessa declaração, nesse momento, significará a desistência da microempresa ou empresa de pequeno porte de utilizar-se das prerrogativas a elas concedidas pela Lei Complementar Federal de nº 123, de 14 de dezembro de 2006, art. 42 a 45;
- **4.3.** O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas.

5. DA DISPUTA E DA NEGOCIAÇÃO

- **5.1.** Aberta a etapa competitiva, os representantes das licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances.
- **5.2.** Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
- **5.3.** A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros sua proposta e lances.
- **5.4.** A cada lance ofertado, a licitante será imediatamente informada de seu recebimento e respectivo horário de seu registro e valor.
- **5.5.** A licitante poderá oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado, e somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- **5.6.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado no sistema em primeiro lugar.
- **5.7.** Durante o transcurso da disputa, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do detentor do lance.
- **5.8.** A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- **5.8.1.** Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no **caput,** a sessão pública será encerrada automaticamente.
- **5.8.2.** Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no instrumento convocatório, para a definição das demais colocações.
- **5.9.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- **5.9.1.** Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa às licitantes.



- **5.10.** Encerrada a etapa de lances será iniciada a negociação pelo Pregoeiro.
- **5.10.1.** Não havendo resposta no prazo de 5 (cinco) minutos, o Pregoeiro encerrará a negociação, podendo reabri-la mediante pedido justificado.
- **5.11.** O critério de julgamento de classificação das empresas será o menor preço por item, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital;

6. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

- **6.1.** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:
- a) na disputa final, as licitantes empatadas poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à sua classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, preferencialmente por meio dos registros cadastrais:
- c) desenvolvimento, pela licitante, de programa de integridade.
- d) permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata o caput, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, nos termos da IN SEGES/MGI nº 79, de 2024.
- **6.2.** Sem prejuízo ao que dispõe o art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- a) empresas estabelecidas no território do Estado do Rio Grande do Sul;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.
- **6.3.** Definido o resultado do julgamento, a (o) Pregoeira (o) poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.
- **6.3.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

- 7.1. Concluída a etapa de lances e negociação, quando houver, será aberto prazo de minutos para a empresa vencedora realizar o upload da sua proposta final atualizada.
- **7.1.1.** A pedido da empresa e por decisão do (a) Pregoeiro (a), o prazo poderá ser prorrogado.
- 7.2. Serão desclassificadas, de acordo com o Art. 59, § 4º da Lei 14.133/21, as propostas que:
- a) contiverem vícios insanáveis;
- b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentarem desconformidade com qualquer outra exigência do edital, desde que insanável.
- **7.3.** Serão desconsideradas, para efeito de julgamento, vantagens não pedidas neste Edital.
- **7.4.** Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no (s) preço (s) até, no máximo, **02** (dois) algarismos após a vírgula.
- 7.5. Em caso de divergência entre valores numerais e valores por extenso, prevalecerão estes últimos;



entre unitários e totais, os primeiros.

- **7.6.** Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta.
- **7.7.** Avaliada a amostra, quando houver, e aceita a proposta, dar-se-á seguimento à fase de habilitação, com a análise dos documentos.
- **7.8.** No caso de a proposta não ser aceita, a (o) Pregoeira (o) convocará a próxima empresa, conforme a ordem de classificação da etapa de lances.

8. DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

8.1. Após o encerramento das etapas descritas nos subitens anteriores, será aberto o prazo de 120 (cento e vinte) minutos para a licitante melhor classificada anexar no sistema os documentos de habilitação, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade da licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021 e conforme abaixo:

8.1.1. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Cédula de Identidade dos diretores;
- **b)** Registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- **d)** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício:
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.1.2. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Comprovante de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- c) Comprovante de regularidade relativa ao FGTS;
- d) Certidão negativa de Débitos trabalhistas CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho;

8.1.3. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- **a)** Atestado de capacidade técnica, em nome da licitante, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a mesma forneceu equipamentos e serviços com características e quantidades compatíveis com o objeto desta licitação e garantia de 36 meses;
- b) Atestado ou certidão fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado, com identificação do signatário e assinatura do responsável legal, que comprove o fornecimento de equipamento (s) de informática compatíveis com o objeto deste edital, isto é, fornecimento de hardwares e softwares e instalações e treinamentos com assessoramento técnico. No documento deverá também, informar o nível de satisfação no fornecimento garantia e, assistência técnica, e na qualidade do (s) equipamento (s) fornecido (s).
- c) A Licitante deverá ter certificação ou capacitação comercial emitida pelo fabricante dos produtos ofertados ou alternativamente por distribuidor autorizado;
- d) caso a licitante não seja uma empresa credenciada pelo fabricante do equipamento a prestar assistência técnica deverá indicar o nome, endereço e telefone da empresa que prestará a assistência técnica aos equipamentos ofertados durante o período de garantia; anexar a comprovação de credenciamento da empresa indicada (emitida pelo fabricante do equipamento).

OBS: Estas declarações ficarão dispensadas, caso a proponente for o próprio fabricante.



8.1.4. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da licitante, dentro de seu prazo de validade.

Obs: Não existindo data de validade na certidão, serão aceitas se com data de expedição não superior a 60 (sessenta) dias.

8.1.5. DECLARAÇÕES

- **8.1.5.1.** Declaração formal conjunta, conforme modelo Anexo II:
- a) de cumprimento dos requisitos de habilitação;
- **b)** de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social;
- c) de que sua proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta;
- d) de que não possui em seu quadro funcional ou societário servidor público na ativa;
- e) Declaração de cumprimento ao disposto Art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.
- **8.1.5.2.** Declaração firmada por contador, conforme modelo ANEXO III, ou Certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos do artigo 8° da Instrução Normativa n° 103 de 30 de abril de 2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio, demonstrando que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caso a empresa pretenda se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006. Em caso de cooperativas deverá atender, também, à Lei 11.488/2007, artigo 34.

8.2. OBSERVAÇÕES RELATIVAS AOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

- **8.2.1.** As microempresas e as empresas de pequeno porte, bem como as cooperativas, por ocasião da participação em certames licitatórios deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição. (Art. 43 da Lei Complementar 123/2006).
- **8.2.2.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal da microempresa ou da empresa de pequeno porte, esta não será inabilitada.
- **8.2.3.** A microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa que apresentar documentos com restrições, conforme item 8.2.2, tem assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a partir da publicação da adjudicação da licitação, para apresentar os documentos solicitados.
- **8.2.3.1.** Não terá direito ao prazo previsto no subitem anterior a microempresa ou empresa de pequeno porte que tenha deixado de apresentar algum dos documentos relativos à regularidade fiscal.
- **8.2.4.** A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.
- **8.2.5.** Os documentos que compõem a habilitação da licitante melhor classificada somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- **8.2.6.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos, salvo em sede de diligência (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º). **8.2.7.** Os documentos serão examinados pela (o) Pregoeira (o), que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissoras.



8.2.8. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

8.2.9. Todos os documentos apresentados deverão estar em plena validade no dia da abertura do certame.

8.2.10. Todos os documentos deverão ser apresentados em português e não poderão conter rasuras, emendas ou entrelinhas.

9. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- **9.1.** Em todas as fases da presente licitação, serão observadas as normas previstas nos incisos, alíneas e parágrafos dos artigos 165 a 168 da Lei nº 14.133/2021.
- **9.2.** Após o aceite dos documentos de habilitação, abrir-se-á prazo de **10 minutos** (no sistema eletrônico) para qualquer licitante manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de interpor recurso em virtude do julgamento das propostas ou ato de habilitação/inabilitação de licitante, com registro no sistema.
- **9.2.1.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada nesse prazo, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- **9.3.** Aceita a intenção de recurso, conceder-se-á a recorrente o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões escritas.
- **9.3.1.** Assim que as razões forem apresentadas pela recorrente, extingue-se o prazo.
- **9.4.** As demais licitantes ficam, desde logo, intimados a apresentarem contrarrazões, no prazo de 03 (três) dias.
- **9.4.1.** Assim que as contrarrazões forem apresentadas pela recorrida, extingue-se o prazo.
- **9.5.** As razões e as contrarrazões devem ser encaminhadas através de campo próprio do sistema.
- **9.6.** Decorrido o prazo para a apresentação das razões e contrarrazões, a (o) Pregoeira (o) poderá reconsiderar a sua decisão, no prazo de <u>03 (três) dias úteis</u>, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-la ao Prefeito, acompanhado dos autos da licitação, do relatório dos fatos objeto do recurso e das razões da sua decisão.
- **9.7.** A decisão do Prefeito, a ser proferida nos <u>10 (dez) dias úteis</u> subsequentes ao recebimento do relatório e das razões de decidir do Pregoeiro da Licitação, é irrecorrível.
- 9.8. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- **9.9.** Os prazos previstos nos <u>itens 9.6 e 9.7</u> poderão ser prorrogados, a critério da Administração, sempre que necessário para o adequado julgamento dos recursos, como, por exemplo, para a realização de diligências. A prorrogação deverá ser devidamente justificada nos autos da licitação.
- **9.10.** Analisado o recurso e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a (o) Pregoeira (o) dará continuidade ao certame.

10. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- **10.1.** A adjudicação e a homologação, inclusive atas e relatórios circunstanciados, somente produzirão efeitos legais mediante deliberação do Prefeito Municipal de Santo Ângelo ou a quem este delegar. **10.2.** O resultado da licitação, adjudicado e homologado pelo Prefeito, será publicado no Diário Oficial, no prazo máximo de 5 (cinco) dias.
- **10.3.** Após a adjudicação do objeto, quando for o caso, o sistema notificará, automaticamente, as demais licitantes, para que, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, manifestem interesse em integrar o cadastro reserva.
- **10.4.** A homologação se efetivará através de Ata de Registro de Preços, que definirá os direitos e obrigações, e do qual fazem parte o presente Edital e seus anexos, independentemente de transcrição.



11. DO REGISTRO DE PREÇOS

- **11.1.** A contratação derivada do presente certame será por Sistema de Registro de Preços, nos termos dos artigos 82 a 86 da Lei n.º 14.133/2021.
- **11.2.** Homologado o resultado da licitação, o fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da convocação, sob pena de decair o direito à contratação, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Administração. **11.3.** É facultado à Administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos, convocar as licitantes que aceitaram registrar preços iguais ao da licitante vencedora do certame, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela licitante vencedora.
- **11.4**. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.
- **11.5.** A apresentação das novas propostas e a análise dos documentos de habilitação, decorrentes da manifestação de interesse em integrar o cadastro reserva, será feita em momento posterior, se houver necessidade de convocar os integrantes do cadastro reserva.
- **11.6.** Na hipótese de nenhuma das licitantes aceitar a contratação observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, a Administração poderá:
- a) convocar aqueles licitantes que mantiverem sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; b) adjudicar e celebrar a ata de registro de preços nas condições ofertadas pelos licitantes subsequentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- **11.7.** A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.
- **11.8.** A recusa injustificada do fornecedor mais bem classificado em assinar a ata de registro de preços dentro do prazo estabelecido no edital ou instrumento de contratação direta ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas na Lei federal n.14.133, de 1º de abril de 2021, e a convocação dos licitantes para assinatura.
- **11.9.** A contratação com os fornecedores registrados será formalizada em instrumento contratual, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021.
- **11.10.** Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato superveniente à pesquisa de subsidiou a contratação que eleve o custo do objeto registrado, cabendo a pregoeiro promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei federal n. 14.133 de 2021.
- **11.11**. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, a partir da publicação da sua súmula, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
- **11.12.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar.
- **11.13.** O fornecedor que não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- **11.14**. O registro do fornecedor será cancelado quando:
- I descumprir as condições da ata de registro de preços;
- II não receber a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;



- III não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- IV sofrer sanção prevista no inciso III ou IV do caput do art. 156 da Lei federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021; ou for condenado por algum dos crimes previstos no art.178 da Lei federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021, por sentença transitada em julgado.
- **11.15.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas neste artigo será formalizado após decisão administrativa, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- **11.16.** O cancelamento do registro de preços poderá decorrer de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovado e justificado por razão de interesse público; ou a pedido do fornecedor.

12. DO TERMO DE CONTRATO E DO REAJUSTAMENTO

- **12.1.** Na hipótese de formalização de contrato, o adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias úteis, após formalmente convocado, para assinar e devolver o termo correspondente.
- **12.2.** O prazo previsto no subitem **12.1** poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, por necessidade da Administração ou por solicitação justificada do adjudicatário realizada durante seu transcurso e aceita pela Administração.
- **12.3.** Previamente à contratação, será realizada consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas CNEP, ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual CFIL/RS e ao Cadastro Informativo CADIN/RS, pelo Contratante, para identificar possível impedimento relativo ao licitante vencedor, cujo comprovante será anexado ao processo.
- **12.4.** Se o adjudicatário, no ato da assinatura do contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, estará sujeito ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e das demais cominações legais.
- **12.5.** O prazo de vigência do contrato e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme o art. 84 da Lei Federal nº. 14.133/2021.
- **12.6.** O objeto da licitação será reajustado anualmente, quando for o caso, pela variação nominal do IPCA, ou outro índice que legalmente venha a substituí-lo, com base na data do contrato.

13. DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

- **13.1.** As entregas, com exceção da licenças perpétuas, deverão ser efetuadas junto ao Almoxarifado Central, Trav. Fernando Ferrari 180, CEP 98803-370, Zona Norte, em horário de expediente, em até **20** (**vinte**) dias após o envio da requisição de despesa através do email fornecido pela contratada.
 - **13.1.1.** Esse prazo poderá ser prorrogado a pedido, devidamente justificado, da contratada.
- **13.2.** Caso o objeto não corresponda ao exigido, a Contratada deverá providenciar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da solicitação pelo fiscal, a sua substituição, visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas neste Edital.
- **13.3.** Satisfeitas as condições de verificação do objeto, o setor responsável emitirá Termo de Recebimento provisório, dentro do prazo de 5 (cinco) dias, contados da data da entrega do objeto, ou definitivo, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório.
- **13.3.1.** Os termos de recebimento provisório e definitivo poderão ser supridos pelo ateste efetuado por servidor designado no verso da nota fiscal/fatura.



14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO PAGAMENTO

- **14.1**. As despesas decorrentes do presente processo licitatório correrão à conta de dotações previstas no orçamento do Município.
- **14.2.** Os pagamentos serão efetuados em até **30 dias úteis** após a entrega do objeto.
- **14.3.** Para pagamento, as faturas deverão vir acompanhadas da folha de pagamento, guia de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativa aos empregados utilizados na prestação do serviço.
- **14.4.** Serão processadas as retenções previdenciárias nos termos da lei que regulamenta a matéria.
- 14.5. O Município fará as retenções relativas a tributos ou contribuições, conforme especificado em leis.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DAS PENALIDADES

- **15.1.** O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- **b)** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- **f)** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- I) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- **15.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 14.1 deste edital as seguintes sanções:
- a) advertência;
- **b)** multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, conforme art. 156 da Lei 14.133/2021.
- **15.3.** As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 14.1 do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b" do mesmo item.
- **15.4.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 14.2 do presente Edital.
- **15.5.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.



- **15.6.** A aplicação das sanções previstas no item 14.2 deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- **15.7.** Na aplicação da sanção prevista no item 14.2, alínea "b", do presente edital, será facultada <u>a defesa</u> <u>do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis</u>, contado da data de sua intimação.
- **15.8.** Para aplicação das sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do item 14.2 do presente Edital, o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- **15.9.** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
- **15.10.** Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
- **15.11.** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- **15.12.** É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:
- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.
- **15.13.** A sanção pelas infrações previstas nas alíneas "h" e "m" do item 14.2 do presente Edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS ESCLARECIMENTOS

- **16.1.** Impugnações ao ato convocatório deste Pregão Eletrônico serão recebidos até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, no endereço eletrônico <u>licitacao@santoangelo.rs.gov.br</u>. **16.2.** Pedidos de esclarecimento referentes ao presente processo licitatório deverão ser enviados à (ao) Pregoeira (o) até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, para o endereço eletrônico <u>licitacao@santoangelo.rs.gov.br</u>.
- **16.3.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- **16.4.** Os pedidos de esclarecimento e as impugnações apresentados fora de prazo serão recebidos como mero exercício do direito de petição.

AMTO ANGILO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E PATRIMÔNIO

17. CONSIDERAÇÕES GERAIS

- **17.1.** É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, ou solicitar esclarecimentos adicionais aos licitantes, que deverão ser respondidos no prazo máximo de 24 horas.
- **17.2.** O presente processo licitatório poderá ser revogado por interesse público, anulado por ilegalidade, de ofício ou provocação de terceiros.
- **17.3.** A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no §1º do artigo 148 da Lei nº 14.1333/2021.
- **17.4.** As decisões da (o) Pregoeira (o) somente serão consideradas definitivas depois de homologadas pela autoridade competente ou seu representante legal.
- **17.6.** Informações poderão ser solicitadas pelo email <u>licitacao@santoangelo.rs.gov.br</u> e o edital poderá ser retirado no sítio <u>www.santoangelo.rs.gov.br</u>.
- 17.7. Fazem parte deste Edital:

Anexo I: Formulário Proposta Financeira;

Anexo II: Modelo de Declaração Conjunta;

Anexo III: Modelo de Declaração de enquadramento para ME, EPP ou Cooperativa;

Anexo IV: Minuta de Ata de Registro de Preços.

Santo Ângelo/RS, 04 de setembro de 2025.

Nívio Boelter Braz Prefeito

Nos termos do artigo 53, § 1, incisos I e II da Lei nº 14.133/2021, o presente edital foi examinado e aprovado pela Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Santo Ângelo – RS, por atender aos requisitos legais.



ANEXO I

MODELO DE PROPOSTA COM INFORMAÇÃO DOS PREÇOS DE REFERÊNCIA PREGÃO ELETRÔNICO № 57/2025

ATENÇÃO!

			egues em Joina com	cubeçu	illo <u>uu ellipiesi</u>	<u>ı</u> (lüğütipi	o, nome, uc	iuosj.
	S DA EM	PRESA						
	Social:							
Ender	eço:							
CNPJ:								
Banco			Agência:	Cor	nta-Corrente:			
Fone/			E-mail:					
		SPONSÁVEL PELA A	SSINATURA DO CON			I		
Nome	1			RG:	~	CPF:		
Item	Quant.	DESCRITIV	O DOS ITENS PARA	AMPLA	, PARTICIPAÇA	0	Marca/ Modelo	Valor Unitário Referência R\$
01	110		IPO I - ESTAÇÃO BÁ	SICA				6.433,00
		Características té						
			m 01 (uma) saída d			-		
			Display Port) ou do mesmo fabricant	-				
			. Deverá suportar r					
		· · ·	; Slots de expansão		•			
			com CODEC de alt		•			
		•	nativas, sendo pe		• •			
		dianteira, ao mer	nos uma no formato	USB tip	po C, dentre o	número		
			no mínimo 4 destas	•				
		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	mãe deverá ser d					
			, desenvolvida esp		•			
		· ·	endo aceitas soluç		-			
			placa mãe deverá			-		
			ados que atenda), na versão 2.0 ou s		-	(Trusteu		
			residente em flash	•		mpatível		
		-	FI; Com suporte a p					
		•	ash EPROM, sendo	•				
		pode ser obtido,	através do sítio do	fabrican	ite do equipam	nento na		
		Internet; BIOS	desenvolvido pel	o mes	mo FABRICAI	NTE do		
			ı ter direitos de					
		· •	avés de atestado o		•	•		
			equipamento, não		-			
		_	u customizadas; Co	_				
			o; A BIOS devei	-		-		
		•	ampo editável que odendo ser con	•		-		
		•	odendo ser con Sistema de mon		por softwa ento de temi			



controlada pela BIOS, adequado ao processador, fonte e demais componentes internos ao gabinete; Suportar o recurso WOL (Wake on LAN) e PXE (Pré-boot Execution Enviroment); O fabricante deve ser registrado na "MembershipList" do Unified Extensible Firmware Interface Fórum, acessível pelo website www.uefi.org/members, de forma a atestar que os seus equipamentos estão em conformidade com a especificação UEFI 2.x ou superior.

PROCESSADOR: com performance mínima de 14.500 pontos, no Performance Test 8 da Passmark® Software; deverá possuir frequência turbo de no mínimo 4.70Ghz, com cache total de 17 Mb (L2 + L3); O desempenho será comprovado por intermédio de resultados de Benchmark, disponíveis em http://www.cpubenchmark.net/cpu list.php; processador gráfico integrado; é obrigatório declarar, na proposta, o modelo do processador ofertado. O processador devera possuir suporte a memórias do tipo DDR5 4.800 MT/s;

MEMÓRIA RAM: No mínimo 08 GB tipo DDR5 4800 MHz ou superior, se adequando plenamente a velocidade de barramento da placa mãe e do processador; deverá possuir capacidade de expansão mínima de 64 GB.

DISCO RIGIDO: Capacidade de 256 GB, SSD com Tecnologia NVMe PCIe. O disco deverá ser integrado de fábrica, não sendo aceita adaptação do equipamento pelo licitante. Apresentar comprovação do fabricante para essa exigência.

MÍDIA DE GRAVAÇÃO: DVD-RW com Interface SATA; **CONECTIVIDADE:** Controladora de rede integrada padrão Gigabit Ethernet, devendo operar automaticamente, pelo menos, nas velocidades de comunicação de 10 /100/1000 Mbps, bem como no modo full-duplex; Placa de rede WIFI 6E, PCIe, no padrão AX, Dualband 2 x2 e Bluetooth 5.3, com antena interna.

GABINETE: Padrão Small Form Factor (SFF) que permita a utilização na posição horizontal e vertical sem comprometer os componentes internos e o funcionamento do computador, com volume máximo de 9.000 cm3; Acabamento interno composto de superfícies não cortantes; possuir no mínimo: 1 (uma) baia 3,5" ou 2,5" interna e 1 (uma) baia para unidades DVDRW externa; deverá ser fornecido alto-falante interno ao gabinete capaz de reproduzir os sons gerados pelo sistema. O mesmo deverá estar conectado diretamente a placa mãe, sem uso de adaptadores; o microcomputador deverá ter sido projetado para manter-se dentro da faixa de temperatura adequada ao uso, sem necessidade de entrada/saída de ar nas faces superiores, laterais e inferior, podendo usar para a referida finalidade, apenas a face frontal e/ou traseira; Deverá possuir local apropriado, já desenvolvido no projeto do produto, para colocação de lacres ou cadeados mecânicos ou eletrônicos, não sendo aceito adaptações, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos ou emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o equipamento



			,	
		ou suas partes para atingir esta funcionalidade; Pelo menos 02 (duas) portas USB 3.2 situadas na parte frontal do gabinete;		
		Com base antiderrapante em ambas as faces de apoio; fonte de		
		Energia com, no Mínimo, 350 watts. Auto Sensing e Eficiência		
		Energética de 92% PFC, com certificação 80plus Platinum; Cor		
		preto.		
		MOUSE: Mouse Óptico USB com três botões e sistema de rolagem		
		de página (Wheel) com no mínimo 1000 dpi de resolução; Cor:		
		preto.		
		TECLADO: Teclado USB, padrão ABNT; Cor: preto.		
		MONITOR DE VÍDEO: Área visível de no mínimo 21 polegadas; tela		
		tipo LCD com iluminação em LED antirreflexo; brilho igual ou		
		superior a 250 cd/m2; Interface analógica (VGA) e interface digital		
		compatível com o equipamento (Display Port) e HDMI –		
		acompanhar cabo de conexão digital; Tempo de resposta de		
		máximo de 10ms; fonte interna de alimentação automática		
		110/220 VAC; suporte com ajuste de altura e inclinação, dispondo		
		de slot Segurança Kensington; alto-falantes integrados ao monitor. Deverá possuir certificação Energy Star e Epeat Gold; deverá ser do		
		mesmo Fabricante da unidade principal, não sendo aceito em		
		regime de OEM.		
		Modelos de Referência: HP Pro Desk 4 SFF G11, Dell PRO SLIM e		
		Lenovo M70S Gen 6.		
02	110	COMPUTADOR TIPO I - EDUCACIONAL		7.083,00
		Com mesmas especificações técnicas descritas no item 1		
		(COMPUTADOR TIPO I - estação básica). Deverá ser entregue com		
		Microsoft Office EP2-06800 Home and Student 2024 na		
		modalidade ESD;		
		Modelos de Referência: HP Pro Desk 4 SFF G11, Dell PRO SLIM e		
- 00	40	Lenovo M70S Gen 6.		40 200 00
03	18	COMPUTADOR TIPO II - ESTAÇÃO GRÁFICA		10.398,00
		Com as seguintes características técnicas mínimas: PLACA MÃE: 01 (uma) saída de vídeo analógica (VGA) e 02 (duas)		
		digitais (DisplayPort) ou (HDMI) ou cabo conversor DP/HDMI —		
		VGA do mesmo fabricante do equipamento (destacar PN na		
		proposta). Deverá suportar no mínimo 2 (dois) monitores		
		simultaneamente; controlador Integrado Serial SATA 6.0Gb/s; Slots		
		de expansão 1 x PCI Express x16 e 1 x PCI Expressx1; Áudio com		
		CODEC de alta definição (HD); no mínimo 8 (oito) portas USB		
		nativas, sendo pelo menos 4 (quatro) na parte dianteira, ao menos		
		uma no formato USB tipo C, dentre o número total de portas (no		
		mínimo 4 destas portas devem ser no padrão USB 3.2); A placa		
		mãe deverá ser da mesma marca do fabricante do equipamento,		
		desenvolvida especificamente para o modelo ofertado, não sendo		
		aceitas soluções em regime de OEM ou customizadas; A placa mãe		
		deverá conter chip integrado para segurança de dados que atenda		
		a tecnologia TPM (Trusted Platform Module), na versão 2.0 ou		
		superior.		
		BIOS/UEFI: BIOS residente em flash rom. Totalmente compatível		
	Ī	com o padrão UEFI; com suporte a plug-and-play e atualizável por		



software, tipo Flash EPROM, sendo que o processo de atualização pode ser obtido, através do sítio do fabricante do equipamento na Internet; BIOS desenvolvido pelo mesmo FABRICANTE do equipamento ou ter direitos de copyright sobre o mesmo, comprovado através de atestado ou declaração fornecido pelo FABRICANTE do equipamento, não sendo aceitas soluções em regime de OEM ou customizadas. Apresentar comprovação pelo fabricante; Com registro do número de série do equipamento; A BIOS deverá possuir identificação de patrimônio em campo editável que permita inserir identificação customizada podendo ser consultada por software de gerenciamento; Sistema monitoramento de temperatura controlada pela BIOS, adequado ao processador, fonte e demais componentes internos ao gabinete; suportar o recurso WOL (Wake on LAN) e PXE (Pré-boot Execution Environment); O fabricante deve ser registrado na "MembershipList" do Unified Extensible Firmware Interface Fórum, acessível pelo website www.uefi.org/members, estando na categoria "Promoters", de forma a atestar que os seus equipamentos estão em conformidade com a especificação UEFI 2.x ou superior.

PROCESSADOR: performance mínima de 40.000 (quarenta mil) pontos, no Performance Test 8 da Passmark® Software; O desempenho será comprovado por intermédio de resultados de Benchmark, disponíveis em:

http://www.cpubenchmark.net/cpulist.php; processador gráfico integrado; frequência em modo turbo de no mínimo até 5.4Ghz, com cache total de 60 Mb (L2+L3); É obrigatório declarar, na proposta, o modelo do processador ofertado; O processador devera possuir suporte a memórias do tipo DDR5 5600MT/S;

MEMÓRIA RAM: No mínimo 1 x 16 GB tipo DDR5 5600 MHz ou superior, se adequando plenamente a velocidade de barramento da placa mãe e do processador; capacidade de expansão mínima de 64 GB, dispondo de slot livre.

DISCO RÍGIDO: capacidade de 1TB, SSD com Tecnologia NVMe PCIe. O disco deverá ser integrado de fábrica, não sendo aceita adaptação do equipamento pelo licitante. Controladora de Vídeo OFF-BOARD: Controladora de vídeo dedicada com 4 GB de memória GDDR6 ou superior com 64 Bits, com 4 conexões Display Port ou mDisplay Port acompanhada de cabos necessários para conexão; caso seja necessário, deverá ser entregue adaptador de cabo de vídeo, conforme a entrada digital do monitor.

MÍDIA DE GRAVAÇÃO: DVD-RW com Interface SATA.

CONECTIVIDADE: Controladora de rede integrada padrão Gigabit Ethernet, devendo operar automaticamente, pelo menos, nas velocidades de comunicação de 100/1000 Mbps, bem como no modo full-duplex; Placa de rede WIFI-6E, PCIe, no padrão AX, Dualband 2 x2 e Bluetooth 5.3, com antena integrada.

GABINETE: Padrão Small Form Factor (SFF) que permita a utilização na posição horizontal e vertical sem comprometer os componentes internos e o funcionamento do computador, com volume máximo



		Gabinete de alta resistência e peso inferior a 2Kg incluindo bateria. Acompanhar bateria com 45Wh ou superior e carregar bivolt, deve possuir 3 anos de garantia para bateria; Processador da mais recente geração disponibilizada pelo fabricante, dispondo de 10 (dez) núcleos físicos e 12 (doze) threads, litografia de 10nm, 64 bits, clock turbo de no mínimo 5.0Ghz ou superior e 12Mb de cache, além de memória de vídeo e memória cache integradas à mesma forma de silício do processador. Com performance, mínima, de 15.500 pontos, no Performance Test 8 da Passmark® Software; Destacar na proposta Modelo do processador ofertado; Memória DDR5 instalada de, no mínimo, 16 Gb (1x16GB),	
04	45	possuir certificação Energy Star; Deverá ser do mesmo Fabricante da unidade principal, não sendo aceito em regime de OEM. • Modelos de Referência: • HP Pro Desk SFF G11, DELL PRO SLIM, Lenovo M70S Gen 6. NOTEBOOK, com as seguintes características técnicas mínimas:	6.861,00
		Energia com, no mínimo, 350 watts. Auto Sensing e Eficiência Energética de 90% PFC, com certificação 80 plus Platinum; Cor: preto. MOUSE: Mouse Óptico USB com três botões e sistema de rolagem de página (Wheel) com no mínimo 1000 dpi de resolução; Cor: preto. TECLADO: Teclado USB, padrão ABNT; Cor: preto. MONITOR DE VÍDEO: área visível de no mínimo 22 polegadas; tela tipo LCD com iluminação em LED antirreflexo; resolução nativa de 1920x1080; Brilho igual ou superior a 250 cd/m2; Contraste igual ou superior a 1.500:1; Interface analógica (VGA) e interface digital compatível com o equipamento (DisplayPort, HDMI ou DVI) e 4 (quatro) portas USB 3.2; Tempo de resposta de máximo de 8ms; fonte interna de alimentação automática 110/220 VAC; base com ajuste de altura, inclinação, pivot e rotação; A base deverá ser do projeto original do fabricante; slot Segurança Kensington; deverá possuir certificação Energy Star: Deverá ser do mesmo Fabricante	
		de 9.000 cm3; Acabamento interno composto de superfícies não cortantes; 1 (uma) baia 3,5" ou 2,5" interna e 1 (uma) baia para unidades DVDRW; deverá ser fornecido alto-falante interno ao gabinete capaz de reproduzir os sons gerados pelo sistema. O mesmo deverá estar conectado diretamente a placa mãe, sem uso de adaptadores; O microcomputador deverá ter sido projetado para manter-se dentro da faixa de temperatura adequada ao uso, sem necessidade de entrada/saída de ar nas faces superiores, laterais e inferior, podendo usar para a referida finalidade, apenas a face frontal e/ou traseira; deverá possuir local apropriado, já desenvolvido no projeto do produto, para colocação de lacres ou cadeados mecânicos ou eletrônicos, não sendo aceito adaptações, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos ou emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o equipamento ou suas partes para atingir esta funcionalidade; Pelo menos 02 (duas) portas USB 3.2 situadas na parte frontal do gabinete; deve possuir base antiderrapante em ambas as faces de apoio; fonte de	



		expansível a pelo menos 64 (sessenta e quatro) Gb DIMM	
		5200Mhz. Sistema de Armazenamento: 01 (uma) unidade de	
		armazenamento com capacidade de 256 Gb PCIeNVMe M.2. O	
		Disco deverá ser integrado em fábrica, não sendo aceita adaptação	
		pela licitante. Apresentar comprovação. Placa Principal: 1 (uma)	
		porta de vídeo padrão HDMI, Dispor de 04 (quatro) interfaces USB	
		3.2, sendo 02 (dois) USB 3.2Type C, sendo uma com suporte a	
		saída de vídeo em modo DisplayPort, e outra energizada ou superior nativos, não sendo aceito adaptações. Interface de rede	
		Ethernet RJ-45, 10/100/1000 (nativa na placa principal). Placa de	
		rede Wireless WI-FI 6E AX 2x2 dual Band. 6.1.1.8.5. Chip de	
		segurança TPM 2.0 Bios/UEFI e Segurança: Placa mãe e BIOS/UEFI	
		deverão ser desenvolvidas pelo fabricante do equipamento e	
		dispor de software capaz de realizar diagnóstico de falhas de	
		Hardware, apresentar comprovação juntamente com a proposta. O	
		equipamento deverá possuir BIOS/UEFI do mesmo fabricante do	
		equipamento ou desenvolvida especificamente para o Termo de	
		referência (BIOS/UEFI do próprio fabricante do equipamento ou	
		que tenha direitos de copyright sobre essa BIOS/UEFI, comprovado através de atestado específico para este termo de referência,	
		fornecido pelo fabricante, declarando o modelo do equipamento).	
		O fabricante deve ser registrado na "MembershipList" do	
		Unifiedextensible Firmware Interface Fórum, acessível pelo	
		website www.uefi.org/members, estando na categoria	
		"Promoters", de forma a atestar que os seus equipamentos estão	
		em conformidade com a especificação UEFI 2.x ou superior. Não	
		serão aceitas soluções em regime de OEM, customizações ou	
		apenas cessão de direitos limitados. Teclado numérico ABNT-2 em	
		português Brasil com iluminação ajustável. Mouse Touchpad com 2	
		botões. Tela de 16 Polegadas resolução de 1920x1080, com câmera Full HD e dispositivo físico para fechamento da imagem e	
		microfone integrado.	
		Modelos de Referência: Lenovo ThinkPad E16 Gen3, Dell Pro 16,	
		HP 660G11	
05	45	NOTEBOOK EDUCACIONAL, com mesmas especificações técnicas	7.832,00
		descritas no item 4 (NOTEBOOK).	
		Deverá ser entregue com Microsoft Office EP2-06800 Home and	
		Student 2024 na modalidade ESD; Modelos de Referência: Lenovo ThinkPad E16 Gen3, Dell Pro 16,	
		HP660G11.	
06	60	MONITOR TIPO I — Tipo LCD e iluminação em LED, com, no	1.410,00
		mínimo, 23.8 polegadas e resolução de 1920x1080; tecnologia IPS;	
		Conectividades: Possuir pelo menos 1 (uma) interface digital HDMI	
		1.4, 1 (uma) DisplayPort 1.2, 1 (uma) interface VGA e portas USB	
		traseiras e laterais versão 3.2; Deverá possibilitar ângulo de visão	
		horizontal de 178 Graus e Vertical de 178 Graus; Contraste Típico (Normal) 1500:1; Ângulo de visão de 178 Graus Horizontal e	
		Vertical; Tempo de resposta em modo rápido de 5ms; Base	
		Regulável com ajuste de altura de 13 cm ou superior, ajuste de	
		inclinação, ajuste de rotação e articulação (giro); deverá ser	



07

60

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E PATRIMÔNIO

enviado cabo de sinal correspondente para conexão entre a unidade de processamento e o monitor, bem como cabo de alimentação padrão NBR14136; estar em conformidade com a norma Energy Star; possuir certificação EPEAT na categoria Silver; Todas as características técnicas deverão ser comprovadas mediante consulta no site oficial do fabricante ou, mediante catálogo técnico. Deverá acompanhar 1 (um) Cabo HDMI 1 (um) Cabo DisplayPort, 1 (um) cabo USB e 1 (um) cabo de alimentação. Certificações e compatibilidades: O fabricante do equipamento deverá ser membro da EICC, para garantia de conformidade com as questões ambientais, qualidade e segurança do bem-estar de seus funcionários investimentos ambientais; Р O fabricante deverá estar relacionado no site da EICC, http://www.eiccoalition.org/about/members; O equipamento deverá possuir certificação ENERGY STAR. Anexar comprovante na proposta, obtido através do endereço https://www.energystar.gov; O fabricante do microcomputador deverá possuir Certificado ISSO 9001 de qualidade; O fabricante do microcomputador deverá ser membro da EICC (Electronic Industry Citizenship Coalition), para garantir que a mesma siga valores sustentáveis para seus trabalhadores e o meio ambiente. http://www.eiccoalition.org/about/members/; O fabricante do microcomputador deverá fazer parte da Green Eletron, entidade gestora para logística reversa de produtos eletroeletrônicos, idealizada pela Abinee. https://www.greeneletron.org.br/; Os produtos ofertados devem utilizar embalagem 100% reciclável. Garantia: O fabricante do equipamento deverá possuir central de atendimento técnico, com abertura de chamados via DDG 0800 e chat on-line para diagnóstico remoto e abertura de chamados; O equipamento deverá possuir 3 anos de garantia "on site" prestado pelo fabricante, com atendimento 10x5 em horário. Apresentar comprovação emitida pelo fabricante do equipamento juntamente com a proposta de preços. O fabricante deverá dispor de Web Site que possa ser verificada garantia do equipamento através do seu número de série, não sendo aceito direcionamento a sites de terceiros. Padrões: Manuais em português deverão ser disponibilizados no site do fabricante. Não deverão ser enviados manuais impressos; Todas as características solicitadas deverão ser comprovadas através de literatura técnica juntamente com a proposta, atestados do fabricante, sítios da internet ou outras fontes nas quais as exigências solicitadas possam ser claramente identificadas. Considerações Finais: O modelo de equipamento deverá ser da geração mais recente disponibilizada pelo fabricante, não sendo aceitos equipamentos em final de vida ou com fabricação descontinuada; A Licitante, quando não for o próprio fabricante do equipamento, deverá apresentar declaração do fabricante específica para este processo, informando que é uma revenda autorizada a comercializar os produtos ofertados. MONITOR TIPO II – Tipo LCD e iluminação em LED, com no mínimo 1.895,00

27 polegadas e resolução de 1920x1080; tecnologia IPS;



Conectividades: Possuir pelo menos 1 (uma) interface digital HDMI 1.4, 1 (uma) DisplayPort 1.2, 1 (uma) interface VGA e portas USB traseiras e laterais versão 3.2; deverá possibilitar ângulo de visão horizontal de 178Graus e Vertical de 178 Graus; Contraste típico (Normal) 1500:1; Brilho modo típico de 300 cd/m², ângulo de visão de 178 Graus Horizontal e Vertical; Tempo de resposta em modo rápido de 5ms; Base Regulável com ajuste de altura de 13 Cm ou superior, ajuste de inclinação, ajuste de rotação e articulação (giro); deverá ser enviado cabo de sinal correspondente para conexão entre a unidade de processamento e o monitor, bem como cabo de alimentação padrão NBR14136; estar em conformidade com a norma Energy Star; possuir certificação EPEAT na categoria Silver; Todas as características técnicas deverão ser comprovadas mediante consulta no site oficial do fabricante ou mediante catálogo técnico. Deverá acompanhar 1 (um) cabo HDMI, 1 (um) cabo DisplayPort, 1 (um) cabo USB e 1 (um) cabo de alimentação. Certificações e Compatibilidades: O fabricante deverá ser membro da EICC, para garantia de conformidade com as questões ambientais, qualidade e segurança do bem-estar de seus funcionários e investimentos ambientais e estar relacionado no site da EICC, http://www.eiccoalition.org/about/members; O equipamento deverá possuir certificação ENERGY STAR. Anexar comprovante na proposta, obtido através do endereço https://www.energystar.gov; O fabricante do microcomputador deverá possuir Certificado ISSO 9001 de qualidade; O fabricante do microcomputador deverá ser membro da EICC (Electronic Industry Citizenship Coalition), para garantir que a mesma siga valores sustentáveis para seus trabalhadores e o meio ambiente. http://www.eiccoalition.org/about/members/; O fabricante do microcomputador deverá fazer parte da Green Eletron, entidade gestora para logística reversa de produtos eletroeletrônicos, idealizada pela Abinee. https://www.greeneletron.org.br/; Os produtos ofertados devem utilizar embalagem 100% reciclável. Garantia: O fabricante do equipamento deverá possuir central de atendimento técnico, com abertura de chamados via DDG 0800 e chat on-line para diagnóstico remoto e abertura de chamados; O equipamento deverá possuir 3 3 anos de garantia "on site" prestado pelo fabricante, com atendimento 10x5 em horário comercial por semana, com presença de um técnico "on site." Apresentar comprovação emitida pelo fabricante do equipamento juntamente com a proposta de preços. O fabricante deverá dispor de Web Site que possa ser verificada garantia do equipamento através do seu número de série, não sendo aceito direcionamento a sites de terceiros. Padrões: Manuais em português deverão ser disponibilizados no site do fabricante. Não deverão ser enviados manuais impressos; Todas as características solicitadas deverão ser comprovadas através de literatura técnica juntamente com a proposta, atestados do fabricante, sítios da internet ou outras fontes nas quais as

ser

claramente identificadas.

exigências solicitadas possam



Considerações Finais: O modelo de equipamento deverá ser da geração mais recente disponibilizada pelo fabricante, não sendo aceitos equipamentos em final de vida ou com fabricação descontinuada; A Licitante, quando não for o próprio fabricante do equipamento, deverá apresentar declaração do fabricante específica para este processo, informando que é uma revenda autorizada a comercializar os produtos ofertados. LICENÇAS PERPÉTUAS DE SOFTWARE PARA ESCRITÓRIO OFFICE: 80 160 1.523,00 Office Home & Business FPP 2024. A Licença deverá ser adquirida através de rede de distribuição autorizada no Brasil da Microsoft. Não serão aceitas licenças sem comprovação de procedência. Versões clássicas do OFFICE dos aplicativos Word, Excel, PowerPoint e Outlook; Suporte da Microsoft incluído por 60 dias, sem custo adicional; licenciado para uso comercial; Todos os idiomas incluídos; compatível com Windows 10. Deverá ser anexado a NF de venda comprovação de procedência da licença adquirida. O município poderá solicitar, caso necessário, à empresa licitante vencedora do certame, a instalação deste item, em equipamentos novos adquiridos por este Quant. **DESCRITIVO DOS ITENS/QUOTAS PARA ME/EPP E EQUIPARADOS** Marca/ Valor Item Modelo Unitário R\$ 09 10 COMPUTADOR TIPO I – Estação básica 6.433,00 Com as mesmas especificações técnicas descritas no item 01. • Modelos de Referência: HP Pro Desk 4 SFF G11, Dell PRO SLIM e Lenovo M70S Gen 6. 10 10 **COMPUTADOR TIPO I – Educacional** 7.083,00 Com mesmas especificações técnicas descritas no item 1 (COMPUTADOR TIPO I – estação básica). Deverá ser entregue com Microsoft Office EP2-06800 Home and Student 2024 na modalidade ESD; Modelos de Referência: HP Pro Desk 4 SFF G11, Dell PRO SLIM e Lenovo M70S Gen 6. 02 COMPUTADOR TIPO II - Estação Gráfica 11 10.398.00 Com as mesmas especificações técnicas descritas no item 03. • Modelos de Referência: • HP Pro Desk SFF G11, DELL PRO SLIM, Lenovo M70S Gen 6. 05 **NOTEBOOK** 12 6.861,00 Com as mesmas especificações técnicas descritas no item 04. NOTEBOOK EDUCACIONAL, com mesmas especificações técnicas 13 05 7.832,00 descritas no item 4 (NOTEBOOK). Deverá ser entregue com Microsoft Office EP2-06800 Home and Student 2024 na modalidade ESD; Modelos de Referência: Lenovo ThinkPad E16 Gen3, Dell Pro 16, HP660G11. 15 MONITOR TIPO I - Tipo LCD e iluminação em LED, com, no 14 1.410,00 mínimo, 23.8 polegadas e resolução de 1920x1080Com as mesmas especificações técnicas descritas no item 06



15	15	MONITOR TIPO II — Tipo LCD e iluminação em LED, com, no mínimo, 27 polegadas e resolução de 1920x1080; Com as mesmas especificações técnicas descritas no item 07	1.895,00
16	30	LICENÇAS PERPÉTUAS DE SOFTWARE PARA ESCRITÓRIO OFFICE: Office Home & Business FPP 2024. Com as mesmas especificações técnicas descritas no item 08	1.523,00

		Com as mesmas especificações técnicas descritas no item 08	
Validad	e da pro	oposta: 60 dias.	
		cientes de todas as disposições relativas à licitação em sua causa e concordamos com a tantes no edital.	S
		,de de 2025.	
		Assinatura do representante legal da empresa Nome completo:	

Cargo ou função:



ANE	KO II	ı
TIVE	\U	•

EMPRESA	:
CNPJ/MF	N°
ENDEREÇ	0:

DECLARAÇÃO CONJUNTA

Através da presente, declaro que a empresa acima identificada cumpre plenamente os requisitos de habilitação da licitação de **Pregão Eletrônico nº 57/2025**, instaurada pelo Município de Santo Ângelo.

Declaro também:

- a) Que a empresa cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social;
 - b) Que nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta;
- c) Que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, do órgão celebrante.
- d) Que atende plenamente ao que dispõe o Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal, em cumprimento ao Inciso VI do Artigo 68 da Lei nº 14.133/2021, atestando que não possui em seu quadro, funcionários menores de dezoito anos que exerçam trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não possui nenhum funcionário menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Declaramos, ainda, que todo e qualquer fato que importe em modificação da situação ora afirmada, será imediatamente comunicada, por escrito, ao Município de Santo Ângelo/RS.

Por ser expressão da verdad	e, firmo as declarações acima.
de	de 2025.
	Assinatura do representante legal da empresa.
	Nome completo:
	Cargo ou função:



	ANEXO III
EMPRESA: CNPJ/MF N° ENDEREÇO:	
DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMI	ENTO como ME, EPP ou COOPERATIVA
·	as de direito ao uso dos benefícios previstos nos art. 42 a de 2006, que a empresa acima identificada se enquadra
receita bruta anual da sociedade, no último exerci Art. 3.º da Lei Complementar n.º 123/2006 e suas a () enquadra-se como cooperativa, com receita bi Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2 lei nº 11.488 de 15 de junho de 2007. () enquadra-se na situação de microempreended exercício, não excedeu o limite fixado no art. alterações; não se enquadra em qualquer das hip mesma lei e exerce tão somente atividades consta abril de 2009.	ruta anual até o fixado no <u>inciso II do caput do art. 3º da 2006</u> e suas alterações, e está de acordo com o art. 34 da dor individual, cujo valor da receita bruta anual, no último 18-A, § 1.º, da Lei Complementar n.º 123/06 e suas póteses relacionadas no art. 18-A, § 4.º, incisos I a IV, da antes do Anexo Único da Resolução CGSN n.º 58 de 27 de
Declaramos, também, que não nos enque relacionadas no art. 3.º, § 4.º, incisos I a X, da mesi	uadramos em quaisquer das hipóteses de exclusão ma Lei.
Por ser expressão da verdade, eu Contador (a) presente.	com registro no CRC – RS n° firmo a
, de dede 20	25.
Assinatura do contador Nome completo:	Assinatura do representante legal da empresa. Nome completo:

Cargo ou função:



ANEXO IV

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º .../..... PREGÃO ELETRÔNICO Nº 57/2025

O Município de Santo Ângelo, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Av. Brasil, 399, CNPJ nº 87.613.071/0001-48, neste ato representado pelo Prefeito Nívio Boelter Braz, CPF 331.309.220-91, considerando o julgamento da licitação em referência, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **registro de preços de computadores, notebooks, monitores e licenças perpétuas,** conforme especificações constantes no edital que regeu o certame, no Termo de Referência, parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. Os preços registrados, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na (s) proposta (s) são as que seguem:

		Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, represe	ntante)	
N° do item	Quant.	Especificação	Marca/ Modelo	Valor Unitário R\$

3. PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- **3.1.** A liquidação e os pagamentos serão efetuados em até **30 (trinta) dias úteis** contados da apresentação da nota fiscal ou nota fiscal fatura, devendo constar nela ou acompanhá-la o atestado de recebimento expedido e devidamente assinado pelo fiscal do contrato. O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação.
- **3.2.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- **3.2.1**. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da <u>Lei Complementar nº 123, de 2006</u>, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. A CONTRATADA deverá apresentar tal comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido aos optantes pelo Simples Nacional.
- **3.2.2.** A CONTRATADA que não for beneficiário do Simples Nacional deverá informar a alíquota de retenção de IRPJ na nota fiscal ou a base legal para imunidade ou isenção, conforme determina a Instrução Normativa Federal n° 1.234/2012.
- **3.3.** Por atrasos nos pagamentos, a contratada terá direito à atualização monetária dos valores devidos, a serem calculados desde o dia do vencimento, tendo como indicador o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor



Amplo).

4. RECEBIMENTO DO OBJETO

- **4.1.** O fornecimento do objeto contratado se dará de acordo com as quantidades solicitadas por cada secretaria, sendo que a entrega se dará junto ao **Almoxarifado Central**, **Trav. Fernando Ferrari 180, CEP 98803-370, Zona Norte**, no prazo máximo de **20 (vinte) dias**, contados do recebimento da ordem de fornecimento (requisição de despesa), emitida pelo contratante e enviada através do email fornecido pela contratada.
 - **4.1.1.** Esse prazo poderá ser prorrogado a pedido, devidamente justificado, da contratada.
- **4.2.** As entregas deverão ser feitas sem custos para o Município.
- **4.3.** O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando da sua normal utilização pelos usuários.
- **4.4.** Por ocasião da entrega, caso seja detectado que os produtos não atendam as especificações do objeto licitado, poderá a administração rejeitá-lo, integralmente ou em parte, obrigando-se a CONTRATADA a providenciar a substituição do bem não aceito, no prazo de 72 horas, contados de sua notificação.
- **4.5.** Os itens a serem entregues deverão ser adequadamente acondicionados, de forma a permitir a completa preservação do mesmo e sua segurança durante o transporte.
- **4.6.** A nota fiscal deverá ser entregue junto com o objeto.
- **4.7.** A CONTRATADA deverá, no tocante ao fornecimento e entrega do item objeto deste certame, obedecer rigorosamente às disposições legais pertinentes.
- 4.8. O objeto do presente contrato será recebido:
- **4.8.1.** Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, designado pelo CONTRATANTE, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais. O recebimento definitivo ocorrerá depois de transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias úteis do recebimento provisório.
- **4.8.2.** Definitivamente por servidor (GESTOR) ou comissão designada pela autoridade competente, mediante assinatura de termo circunstanciado comprovando o atendimento das exigências contratuais.

5. DO ÓRGÃO GERENCIADOR

- **5.1. O órgão gerenciador será o** MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO, através Secretaria de Saúde.
- **5.2.** A gestão da Ata de Registro de Preços e a execução do contrato serão objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação por parte da CONTRATANTE, através do Departamento de Processamento de Dados. Dentre as responsabilidades do fiscal está a necessidade de anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive quando de seu fiel cumprimento, determinando o que for necessário para a regularização de eventuais faltas ou defeitos observados.

6. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- **6.1.** Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.
- 7. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DOS DEMAIS LICITANTES



- **7.1.** O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade do preço, mediante reajustamento de preços pelo IPCA do período.
- **7.2.** O contrato que decorrer de Ata de Registro de Preços possuirá vigência de acordo com as disposições nela contidas e em observância aos arts.105 a 114 da Lei Federal nº 14.133/2021, consoante disposto na minuta anexa ao correspondente edital.
- **7.2.1.** Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- **7.2.2.** A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa ou autorização de compra, conforme determina o Art. 95 da Lei 14.133/21.
- **7.2.3.** O instrumento contratual de que trata o item 7.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- **7.2.4.** Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- **7.3.** A existência de preços registrados implicará no compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, sendo permitida a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.
- **7.4.** Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- **7.4.1.** Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, sendo que este não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação;
- **7.4.2.** Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que:
- **7.4.2.1.** Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- **7.4.2.2.** Mantiverem sua proposta original.
- **7.5.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.
- **7.6.** O registro a que se refere o item 7.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro dos licitantes remanescentes para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- **7.7.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- **7.8.** A habilitação dos licitantes remanescentes somente será efetuada nas seguintes hipóteses:
- **7.8.1.** Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- **7.8.2.** Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- **7.8.3.** O objeto e preço registrado serão divulgados na Imprensa Oficial do Município de Santo Ângelo e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- **7.9.** Após a homologação da licitação ou da contratação direta, a licitante mais bem classificada será convocada para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.



- **7.9.1.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 7.9.2. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital.
- **7.9.3.** Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 7.8 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- **7.10.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 7.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
- **7.10.1.** Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- **7.10.2.** Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

8. DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- **8.1.** Havendo alteração de preços dos materiais, gêneros ou serviços tabelados por órgãos oficiais competentes, os preços registrados poderão ser reequilibrados em conformidade com as modificações ocorridas, conforme restar efetivamente demonstrado.
- **8.2.** Na hipótese prevista no item 8.1, deverá ser mantida a diferença apurada entre o preço originalmente constante na proposta original e objeto do registro e o preço da tabela da época.
- **8.3.** O disposto no item 8.1, igualmente, aos casos de incidência de novos tributos ou de alteração das alíquotas dos já existentes, ou fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis, que impactem no custo do fornecedor, devendo o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ser analisado na forma do art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 14.133/2021.

9. DA SUSPENSÃO E CANCELAMENTO

- **9.1.** O preço registrado poderá ser suspenso ou cancelado, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos seguintes casos:
- **9.1.1.** Pela Administração, quando:
- a) o fornecedor não cumprir as exigências do instrumento convocatório que der origem ao registro de preços;
- b) o fornecedor recusar-se a assinar a ata ou a formalizar contrato decorrente do registro de preços, ressalvada a hipótese de a Administração aceitar sua justificativa;
- c) o fornecedor der causa à rescisão de contrato decorrente do registro de preços;
- d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;
- e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;
- f) por razões de interesse público, devidamente fundamentadas.
- **9.1.2.** Pelo fornecedor quando, mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.



- **9.2.** A comunicação do cancelamento ou da suspensão do preço registrado, nos casos previstos no subitem 9.1.1, deverá ser formalizada por e-mail ou por correspondência, ambos com aviso de leitura/recebimento, juntando-se o comprovante no processo que deu origem ao registro de preços.
- **9.3.** No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial do Município, considerando-se cancelado ou suspenso o preço registrado a partir de 5 (cinco) dias úteis da sua publicação.
- **9.4.** A solicitação do fornecedor para cancelamento de preço registrado somente o eximirá da obrigação de contratar com a Administração se apresentada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis da data da convocação para firmar contrato de fornecimento ou de prestação de serviços pelos preços registrados, ou da emissão do empenho, conforme o caso, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.
- **9.5.** Será estabelecido, no edital ou no expediente da solicitação, o prazo previsto para a suspensão temporária do preço registrado.
- **9.6.** Enquanto perdurar a suspensão, poderão ser realizadas novas licitações para o objeto do registro de preços.
- **9.7.** Da decisão que a cancelar ou suspender o preço registrado cabe recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10. DAS PENALIDADES

- **10.1.** O licitante responderá pelas penalidades previstas no item 14 do Edital e ainda pelas sanções atinentes ao descumprimento da Ata de Registro de Preços.
- **10.2.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
 - a) Der causa à inexecução parcial da ata de registro de preços e/ou do contrato;
 - b) Der causa à inexecução parcial da ata de registro de preços e/ou do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) Der causa à inexecução total da ata de registro de preços e/ou do contrato;
- **d)** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) Não entregar a documentação exigida para a assinatura da ata de registro de preços e/ ou para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - f) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da ata de registro de preços e/ou do contrato;
 - g) Praticar ato fraudulento na execução da ata de registro de preços e/ou do contrato;
- h) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- i) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 10.3. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- **10.3.1. Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial da ata de registro de preços e/ou do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);



- **10.3.2.** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c", "d" e "e" do subitem acima desta Ata, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- **10.3.3.** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "f", "g", "h" e "i" do subitem acima desta Ata, bem como nas alíneas "b", "c" "d" e "e", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.3.4. Multa:

- I Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- II O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover extinção da ata de registro de preços e/ou do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- III Compensatória sobre o valor total do contrato, nos seguintes percentuais:
- Compensatória, para as infrações descritas no subitem 10.3.3, de 15% a 30% do valor do Contrato;
- Compensatória, para as infrações descritas no subitem 10.3.2, de 5% a 15% do valor do Contrato; e,
- Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 10.2, quando verificada a necessidade de cumular a infração de Advertência com multa, a multa será de 0,5% a 5% do valor do Contrato.
- **10.4.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- **10.5.** Todas as sanções previstas nesta Ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- **10.5.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
- **10.5.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- **10.6.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do <u>art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021</u>, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- **10.7.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- **b)** As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- **d)** Os danos que dela provierem para o Contratante;
- **e)** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- **10.8.** Os atos previstos como infrações administrativas na <u>Lei nº 14.133, de 2021</u>, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na <u>Lei nº 12.846</u>, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (<u>art. 159</u>).
- **10.9.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para



provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

- **10.10.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
- **10.11.** Será admitida a reabilitação do contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- **10.12.** As sanções também se aplicam aos demais licitantes elencados nos subitens 7.4.2.1 e 7.4.2.2 desta ata de registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

11. CONDIÇÕES GERAIS

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata, depois de lida e achada em ordem, vai assinada digitalmente pelas partes em documento único.

Santo Ängelo, de de 2025.					
CONTRATANTE	CONTRATADA				

Nos termos do artigo 53, § 1, incisos I e II da Lei nº 14.133/2021, a presente minuta de Ata de Registro de Preços foi examinada e aprovada pela Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Santo Ângelo – RS, por atender aos requisitos legais.



ANEXO V

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
N° do item	Quant.	Unid	Especificação	Marca/ Modelo	Valor Unitário R\$		

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

N° do	Especificação	Valor
Item		unitário R\$
1º		
2º		